

*O Estado de São Paulo*  
*Segunda-feira, 27 de outubro de 2003*

## Pobre Barão

### ITAMARATY NÃO LEVA EM CONTA NEM OS INTERESSES DO PAÍS, NEM MESMO OS DA INSTITUIÇÃO

*MARCELO DE PAIVA ABREU*

Raras vezes o dito do Dr. Samuel Johnson, associando malandragem e patriotismo, terá sido tão cabalmente confirmado pela realidade quanto no debate público sobre a diplomacia comercial brasileira nas últimas semanas. Pretensos monopolistas do patriotismo, na imprensa e no governo, trataram de jogar para a arquibancada e censurar em termos insultuosos os que, na imprensa e no governo, se atreveram a questionar o que lhes pareceu, especialmente na reunião de Port of Spain, o desinteresse do Itamaraty em fazer progredir as negociações da Alca. Até o isolamento brasileiro foi negado, na base "das coisas não foram bem assim". Afinal, é verdade... O Brasil continuou recebendo o apoio da Argentina, da Venezuela - menos entusiasmada - e de algumas economias caribenhas...

Não é que os comentaristas criticados tivessem tomado posição favorável à aceitação pelo Brasil das propostas dos EUA. Apenas argumentavam que era importante tentar negociar. Neste quadro, e após declaração de alto funcionário do Itamaraty no Congresso, aumentaram legitimamente as suspeitas de que o real objetivo a alcançar é o impasse e não o avanço das negociações. A pétrea idéia preconcebida de que a Alca não interessa ao País é que parece definir a estratégia de negociação e não o interesse legítimo em negociar condições que possibilitem a inclusão do Brasil. As bases racionais da argumentação para justificar a posição in limine contrária à Alca são, a julgar pelo que foi difundido no passado, inexistentes. É tudo preconceito político mal requeitado.

O ministro das Relações Exteriores corretamente tem denunciado o "pensamento único" dos EUA explicitado nas propostas da Alca. Mas o que dizer da banda de música montada para servir como rolo compressor internamente e evitar qualquer debate sério sobre o assunto? Não é "pensamento único"? Ou, lembrando Orwell, serão alguns pensamentos únicos mais únicos do que outros?

As tradições da diplomacia brasileira, já notáveis no Império, foram consolidadas pelas ações do Barão do Rio Branco, símbolo da "excelência dos serviços prestados ao País pelo Ministério das Relações Exteriores". Seu mote era: ubíqua a memória da pátria, ubíqua patriae memor. A herança do Barão consolidou o papel do Itamaraty como instituição pública que demonstrou grande capacidade em resistir às pressões decorrentes da natural alternância das coalizões que detiveram o poder no Brasil no século 20. Dada esta tradição foi possível construir uma reputação de excelência e preservar posição preeminente na negociação de amplo leque de temas que em muitos outros países são tratados por mais de um ministério. A politização que vem caracterizando a diplomacia brasileira, explicitada em controvertido discurso do atual chanceler sobre entusiasmo e engajamento político de

diplomatas, é contrária aos interesses permanentes da Casa. Expõe o Itamaraty às incertezas dos ciclos políticos e tende a comprometer sua posição de preeminência na agenda de política externa, particularmente nas suas questões econômicas.

Os EUA estão efetivamente tentando fazer prevalecer a tradicional estratégia de "algo por nada", conseqüência de suas dificuldades em fazer concessões relativas a produtos "sensíveis", muitos deles agrícolas, especialmente em ano eleitoral. Dizem que tudo está na mesa, mas insistem em excluir exatamente os temas que mais interessam ao Brasil. Mas o Brasil também tem Congresso protecionista. Para abrir o mercado brasileiro o presidente Lula precisa mostrar que vai ser ampliado o acesso a novos mercados de exportação, especialmente nos EUA. O mercado dos EUA é cerca de 20 vezes maior do que o mercado brasileiro. Mesmo levando em conta outros fatores, a adoção de critérios de reciprocidade na ótica estritamente mercantilista tornaria difícil justificar a liberalização integral do mercado dos EUA. Seria necessário considerar a negociação de temas adicionais como serviços e "harmonização de políticas" para justificar um "equilíbrio de concessões".

Os dois países responsáveis pelo impasse na Alca advogaram até aqui a exclusão de certos temas da agenda da Alca para tratamento na Organização Mundial de Comércio. Trata-se de encontrar um equilíbrio simultâneo de concessões em bens e temas mesmo que seja necessário flexibilizar o período de implementação do acordo, pois é fundamental para o Brasil que todos os bens estejam incluídos. De outra forma, os EUA insistirão na exclusão de seus picos tarifários. É bem possível que este equilíbrio de concessões recíprocas seja inalcançável. Aí sim, é só aí, seria o caso de declarar o desinteresse brasileiro na Alca.

Vai ser difícil o presidente Lula deixar de arbitrar o conflito entre o Itamaraty e os ministérios da área econômica. Mas é compreensível que tenha considerado até aqui útil manter uma política externa hiperativa, mesmo que preponderantemente retórica, em vista da intocabilidade da política macroeconômica e das dificuldades na implementação de políticas sociais. Com pouco pão é preciso de muito circo. O ideal é que as políticas sociais comecem a dar resultados em um quadro de modesta recuperação do nível de atividade para permitir um recuo da imprudente superexposição externa.

---

Marcelo de Paiva Abreu é professor em licença sabática do Departamento de Economia e Comendador da Ordem de Rio Branco.